

Educação sobre Drogas: Possibilidades da EaD na Formação Continuada de Professores

Drug Education: Possibilities of Distance Learning Mode in Teacher Training

ISSN 2177-8310
DOI prefix. 10.18264

Francisco José Figueiredo Coelho¹, Simone Monteiro²

Resumo

Com base numa revisão exploratória da literatura acadêmica e documental, este artigo discute o potencial e as possibilidades da Educação a Distância (EaD) no desenvolvimento de processos formativos sobre drogas para professores do ensino fundamental e médio. Tal recorte se justifica pelo acesso e uso de drogas, principalmente o álcool, entre estudantes brasileiros na faixa de 13 a 15 anos e pelo despreparo dos educadores para abordar o tema drogas no contexto escolar. A partir dos achados da revisão, são elencados diversos argumentos sobre as contribuições da formação continuada de professores da rede pública sobre drogas na modalidade EaD, que visam estimular a sua implementação nas unidades de ensino do país.

Palavras-chave: Drogas, Educação sobre drogas, Educação a distância, Formação de professores, Formação continuada.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Ensino em Biociências e Saúde (PGEBS), pesquisador no Laboratório de Educação em Ambiente e Saúde (LEAS), Instituto Oswaldo Cruz (IOC), Fiocruz. Av. Brasil, 4365, Pavilhão Lauro Travassos, sala 49, Rio de Janeiro-RJ - Brasil.
ensinodociencias.ead@gmail.com

² Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Ensino em Biociências e Saúde (PGEBS), pesquisadora no Laboratório de Educação em Ambiente e Saúde (LEAS), Instituto Oswaldo Cruz (IOC), Fiocruz. Av. Brasil, 4365, Pavilhão Lauro Travassos, sala 49, Rio de Janeiro-RJ - Brasil.
monteiro.simone.fiocruz@gmail.com

Recebido 30/03/2017
Aceito 30/05/2017
Publicado 30/08/2017

Drug Education: Possibilities of Distance Learning Mode in Teacher Training

Abstract

Based on the review of the documentary and academic literature, this article discusses both the potential and possibilities of Distance Education (EaD) in the development of drug training processes for teachers from elementary and middle school. Such perspective is justified by the access and use of drugs, mainly alcohol, by Brazilian students between 13 and 15 years and addresses the lack of preparation of the educators to approach the drugs theme in the school context. Based on the findings of the review, several arguments on the contributions of continuing education of teachers of the public network on drugs in the EaD modality are presented. These results aim to stimulate the EaD implementation in the country's educational units.

Keywords: *Drugs, Drug Education, Distance education, Teacher training.*

1. Introdução

Os atuais debates sobre a formação de professores englobam e estimulam a Educação a distância (EaD), algo que não era comum há pouco tempo. Estudos apontam que, após vários ajustes, a EaD está cada vez mais difundida e muitos profissionais de ensino têm optado por esse tipo de formação (Almeida et al., 2012; Oliveira, 2014). Contribuem para o crescimento do uso da modalidade EaD as constantes inovações tecnológicas, sobretudo com o desenvolvimento da inclusão digital. Assim, a relação entre educação e tecnologia tem se estabelecido como recurso eficaz na formação continuada dos professores (Salvador et al., 2010).

De acordo com Teixeira e Almeida (2015), a formação de professores na Educação a Distância está em crescimento no Brasil, bem como sua credibilidade. Essa realidade encontra evidências no Relatório do Censo EaD 2015, ao destacar que os cursos de licenciatura receberam maior número de alunos (Abed, 2016). Alguns autores (Oliveira, 2014; Salvador et al., 2010) encaram a EaD não apenas como resultado de um processo de democratização do acesso ao ensino, mas como uma recente modalidade para formar e atualizar educadores. Nesse contexto, a EaD se configura como possibilidade para formar professores críticos e reflexivos, capazes de preparar novos cidadãos para intervir positivamente na sociedade (Oliveira, 2014).

O presente artigo objetiva discutir as possibilidades da formação continuada sobre drogas para docentes da rede de ensino fundamental e médio por meio da Educação a Distância (EaD). Tal recorte se justifica tendo em vista os resultados de pesquisas com estudantes brasileiros na faixa de 13 a 15 anos (Cebrid, 2006; 2010; Brasil, 2016) acerca do uso de drogas, principalmente o álcool. Os dados atestam que o acesso e o consumo de diferentes tipos de drogas fazem parte do cotidiano dos jovens, seja na escola, na família, nos contextos de sociabilidade e nos principais meios de comunicação (televisão, redes sociais e mídia impressa).

Ainda nessa direção, é importante salientar que a Educação sobre drogas foi incorporada aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998) e à formação de profissionais de ensino, estando assegurada

pela Lei nº 11.343/06¹ (Brasil, 2006). Todavia, pesquisas revelam a dificuldade e o despreparo da equipe pedagógica das escolas, sobretudo dos professores, para lidar com o assunto. Essa carência tem sido confirmada em diversos estudos (Conceição & Sudbrack, 2015; Adade, 2012; Placco, 2011; Moreira et al., 2006; Moffat et al., 2017; King'Endo, 2015; Midford et al., 2012). Isso desfavorece a implementação e o desenvolvimento de atividades educacionais sobre drogas no contexto escolar. Com isso, colabora-se para o afastamento dos professores em relação a uma Educação sobre drogas que prepare o aluno para lidar com as dúvidas e experiências sobre as substâncias psicoativas. Para que isso não aconteça, cabe investir na preparação e orientação desses profissionais.

A reflexão aqui proposta tem por base uma pesquisa exploratória sobre produções acadêmicas nacionais e internacionais e documentais brasileiras voltadas para a formação continuada de docentes sobre a prevenção do uso abusivo de drogas publicadas na última década. A partir da combinação dos descritores drogas, formação docente, Educação a Distância (EaD), foram realizadas buscas nas bases de dados ERIC (Education Resources Information Center), Scielo (Scientific Electronic Library Online), nas publicações da revista *EaD em Foco* e no site da Senad (Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas), do Ministério da Justiça (MJ).

Seguindo esta introdução (1), o artigo foi estruturado em mais três seções: (2) abordagem sobre a relevância da formação continuada sobre drogas para os profissionais de ensino; (3) descrição de uma formação docente sobre drogas na modalidade EaD; (4) novas possibilidades da EaD na formação docente sobre drogas. A partir da interlocução desses blocos, finaliza-se com as considerações finais pertinentes (5).

2. Formação continuada sobre drogas: os professores precisam?

Partimos do princípio de que a formação dos professores é um processo contínuo. E não apenas a formação docente, mas de todo profissional que desenvolve ações e mediações pedagógicas. Selles (2002) destaca dois pilares sobre os quais se alicerça uma bem-sucedida proposta de formação: uma abordagem que vise aumentar a autoestima do professor e que lhe dê subsídios para redescobrir sua competência profissional. Dessa forma, é necessário reconhecer que esse aprendizado docente se constrói numa via de mão dupla: tanto no âmbito do conhecimento acadêmico, produzido na universidade, quanto na vivência oriunda do trabalho diário na escola. Tais elementos, em conjunto, formam a base sobre a qual a profissão irá se alicerçar (Selles, 2002; Tardif, 2014).

Vista essa interlocução entre o saber docente e os conhecimentos específicos de uma área, à medida que o professor busca explorar e conhecer sua prática a formação continuada se torna parte essencial de sua vida profissional. Assim, além de corrigir falhas e preencher lacunas provenientes da formação inicial, torna-se o meio pelo qual o professor poderá se manter atualizado, em face da constante evolução do conhecimento (Salvador et al., 2010).

A formação continuada pode proporcionar um intercâmbio em que os parceiros desse empreendimento precisam refletir sobre seus diferentes saberes. Com isso, surgem variadas oportunidades de interlocução particularmente enriquecedoras para todos os envolvidos, independente da instância educacional em que atuem (Selles, 2002). Projetando-se no contexto da EaD, esse intercâmbio pode ser favorecido pelo próprio desenho do ambiente virtual. É projetado para permitir trocas e compartilhamento de informações, como notado nos fóruns temáticos. Sobretudo em

1 A Lei nº 11.343/2006, em seus itens X e XI do Art. 19, propõe que devem ser assumidos como princípios e diretrizes das atividades de prevenção do uso indevido de drogas: X) O estabelecimento de políticas de formação continuada na área da prevenção do uso indevido de drogas para profissionais de educação nos três níveis de ensino; XI) a implantação de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de drogas nas instituições de ensino público e privado alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais e aos conhecimentos relacionados a drogas (Brasil, 2006, p. 3).

formações com temas tão delicados como uso de drogas, conhecer como outros professores lidam com o assunto e suas concepções acerca do tema, conjugadas ao material didático do curso, podem contribuir com reflexões fundamentais sobre a sua prática docente. Essa dimensão reflexiva da formação continuada via EaD pode ser observada no trabalho de Teixeira e Almeida (2015).

Considerando os tabus e desafios para desenvolver espaços de debate sobre drogas nos contextos educativos (Adade & Monteiro, 2014), uma formação virtual sobre o assunto, além de agregar novos conhecimentos científicos, oportuniza o diálogo entre os sujeitos. Segundo Acselrad (2015), o assunto drogas é visto constantemente na mídia, ora como doença a ser tratada, ora como caso de polícia, o que revela um grande problema de desinformação social. A combinação de preconceitos e julgamentos inadequados e cientificamente equivocados aumenta o tabu em torno do tema e dificulta sua discussão, seja no contexto familiar, seja na escola.

Como já referido, parece ser consensual e imprescindível que o professor em exercício disponha de um programa de formação continuada que forneça ferramentas, como é o caso da plataforma virtual e das mídias digitais nela inseridas. A nosso ver, se orientados por tutores capazes de esclarecer os anseios e dúvidas dos professores sobre o tema, pode-se construir conhecimento de forma colaborativa (Santos & Deccache, 2014). Dito de outra forma: partindo de um contexto de aprendizagem a distância, a formação continuada deve ser enxergada como oportunidade de atualização de conhecimentos, face às inúmeras tecnologias e inovações que surgem e como elemento “decodificador” das práticas vivenciadas no dia a dia na sala de aula (Selles, 2002).

No que tange à formação desses professores, a EaD não surge apenas como caminho de atualização. Amparada pelo recurso global da internet, torna-se ferramenta para fomentar ações preventivas quanto ao uso abusivo de drogas nas escolas. A variedade de mídias digitais (vídeos do Youtube, periódicos, blogs, sites institucionais de centros de pesquisa e de universidades etc.) favorece o acesso dos docentes às pesquisas e bases teóricas que sustentam os programas de prevenção. Além disso, podem se tornar familiares de múltiplas estratégias interativas para conduzir as ações pedagógicas sobre o tema drogas (Nations Unies, 2005).

Não basta, contudo, buscar a formação apenas com o intuito de receber certificação. Sobretudo na modalidade EaD, os professores precisarão gerir o tempo de estudos (Coelho, 2014), apreciar o tema e estar incluídos digitalmente, a fim de refletir e aplicar o que aprendem no curso para realizar trabalhos produtivos e que visem à formação dos jovens e à qualidade de vida da comunidade escolar.

3. Formação docente sobre drogas na modalidade EaD: o curso do Prodequi/UnB

Na busca exploratória, identificamos duas propostas formativas de âmbito nacional em EaD sobre drogas. Uma delas é o curso Supera (Sistema para Detecção do Uso Abusivo e Dependência de Substâncias Psicoativas: Encaminhamento, Intervenção Breve, Reinserção Social e Acompanhamento), executado em parceria com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas (Senad), na modalidade EaD e gratuita. Embora seja aberto para os profissionais do ensino, o Supera prioriza profissionais das áreas de saúde e assistência social para a correta identificação e abordagem dos usuários de álcool e/ou outras drogas. Diante de tal enfoque, os profissionais de ensino podem encontrar maior dificuldade para se inscrever. A título de ilustração, um de autores deste artigo, como docente da rede pública, fez várias tentativas para participar do Supera nos anos de 2014, 2015 e 2016. Contudo, não obteve êxito, sendo alegada escassez de vagas.

A segunda proposta refere-se ao curso de formação sobre prevenção do uso de drogas específico para educadores de escolas públicas brasileiras, desenvolvido pelo Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas (Prodequi) da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com a Senad/MJ e a Secretaria de Educação Básica do Ministério de Educação (SEB/MEC). Trata-se de uma formação gratuita na modalidade EaD que foi realizada em vários estados brasileiros durante dez anos (de 2004 a 2014), ao longo de seis edições. O curso foi oferecido na modalidade a distância por meio da Plataforma Moodle, com apoio de material didático impresso e mídia (DVD) e acompanhamento tutorial por todo o percurso de aprendizagem do professor-cursista. O ambiente virtual do curso foi composto por conteúdos, recursos didáticos e dispositivos interativos online que oportunizam a aprendizagem de conceitos e metodologias no âmbito da prevenção do uso de drogas. Diante do foco na formação de docentes da rede de ensino², cabe descrever os principais achados dessa formação a distância, com base no trabalho de Conceição & Sudbrack (2015).

O curso de formação do Prodequi/UnB buscou: (1) capacitar profissionais das escolas públicas para trabalhar coletivamente na prevenção do uso drogas, por meio do fortalecimento da escola na promoção da saúde e da educação integral; (2) contribuir para o fortalecimento da comunidade escolar no desenvolvimento da política de prevenção do uso de drogas por meio do aperfeiçoamento e implementação dos projetos de prevenção construídos coletivamente e coordenados pelos educadores.

O curso foi estruturado em 5 módulos, totalizando 180 horas; abordavam os seguintes conteúdos:

Módulo 1 – O educando como sujeito em desenvolvimento;

Módulo 2 – Conceitos e abordagens sobre drogas e prevenção;

Módulo 3 – A prevenção do uso de drogas no modelo da educação para a saúde e das redes sociais;

Módulo 4 – Ações preventivas do uso de drogas na escola; e

Módulo 5 – Implementando ações do projeto de prevenção do uso de drogas da escola.

Cada um desses módulos tinha carga horária de 30 horas, exceto o módulo final, que tinha carga horária dobrada porque, além de conhecimentos teóricos, os professores cursistas centravam seus esforços na implementação de ações pedagógicas de prevenção do uso de drogas nas escolas onde lecionavam.

Segundo Conceição e Sudbrack (2015), os resultados do acompanhamento da formação permitiram identificar a realidade, os problemas e as potencialidades de trabalho nas escolas públicas do país. Desenhado para ser desenvolvido na modalidade EaD, nos primeiros anos houve alguns limites, sobretudo quanto à abrangência, visto que muitos professores ainda não tinham atingido a inclusão digital. No entanto, nas formações mais avançadas, esse panorama mudou consideravelmente; a formação a distância se revelou uma estratégia de extensa propagação social e espaço de troca de experiências, sobretudo pela orientação e pelo suporte que os tutores dos cursos forneciam aos alunos.

Para as autoras, a realidade das escolas exigia, em princípio, um trabalho que extrapolou em muito a prevenção primária. Tiveram essa constatação ao perceber a dificuldade vivenciada pelos professores cursistas atrelada ao envolvimento dos educandos e suas famílias com o consumo de drogas (tanto lícitas quanto ilícitas). Embora revelassem certo conhecimento sobre riscos e consequências do uso/abuso de drogas, houve considerável dificuldade dos professores em discutir conceitos socialmente estabelecidos

2 Ao longo de seis edições, o curso atingiu doze estados (Espírito Santo, São Paulo, Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins, Bahia, Sergipe e Distrito Federal). A primeira edição do curso, realizada em 2004, foi desenhada para 5 mil educadores e 1.103 escolas do território brasileiro. A segunda edição (2006/2007) ofereceu 20 mil vagas com aprovação de 13.426 educadores, representando 67% do total de inscritos em todo o Brasil. A terceira edição, em 2009, atingiu 24.583 educadores-cursistas, sendo aprovados 14.601. Na quarta edição, em 2010/2011, foram selecionados 23.294 educadores de 3.357 escolas. Na quinta edição (2012/2013), o número de vagas aumentou em atendimento à meta governamental. Foram selecionados 71.856 educadores de 9.202 escolas.

e valores pessoais em relação às drogas, especialmente nos espaços virtuais de discussão. Sobretudo nas primeiras edições do curso, quando era demandado dos cursistas um projeto de integração com a comunidade escolar, as propostas eram desarticuladas do projeto político-pedagógico da escola, o que não favorecia a extensão do projeto para seu entorno.

A partir das edições subsequentes da formação, foi possível perceber a dificuldade dos educadores em desenvolver ações que integrassem a comunidade de maneira sistêmica e a importância de valorizar as redes sociais externas à escola, principalmente a participação dos pais³. Por meio do sistema de tutoria e monitoramento, os problemas relativos à integração com a comunidade escolar e ao uso do computador foram sendo superados ao longo do curso. A orientação e o engajamento dos tutores propiciaram confiança e liderança aos profissionais cursistas. Tais dados apontam que o sistema de tutoria foi condição fundamental para o sucesso do curso em cada unidade federativa.

Além de abarcar um número extenso de profissionais da rede pública de ensino, como descrito na nota 2, a formação serviu como instrumento de atualização e sensibilização que norteou os professores para intervir em suas realidades educativas. A partir dela, inúmeros projetos sobre drogas articulados ao contexto escolar dos educadores se revelaram eficazes para mobilizar a comunidade onde as escolas estavam inseridas (Conceição & Sudbrack, 2015). Dito de outra forma, a formação continuada via EaD favoreceu a inserção e a reflexão sobre o assunto drogas em diferentes unidades de ensino.

4. Possibilidades da EaD na formação docente sobre drogas

Santos e Campos (2016) sinalizaram que não é mais possível deslocar a EaD da expansão da educação superior brasileira, bem como das políticas públicas de formação inicial e continuada de professores no país. Para as autoras, essas políticas se articulam diretamente com a qualidade da educação básica, na medida em que a expansão da educação superior tem se tornado sinônimo de formação de professores. Os cursos de extensão para professores do NUEC/UFF (Núcleo de Educação e Cidadania da Universidade Federal Fluminense), os cursos de atualização para professores da Fundação Cecierj (Fundação Centro de Ciências e Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro) e o curso de prevenção sobre drogas do Prodequi são evidências desse fenômeno. Tomando como exemplo este último, a formação a distância se assume como modalidade que possibilita aos professores adquirir maior competência pedagógica e responsabilidade com as escolas (Santos & Campos, 2016; Oliveira, 2014), o que vai ao encontro das políticas de formação docente sobre drogas já previstas pela Lei nº 11.343/06.

Não é novidade que os profissionais de ensino encontrem em suas classes estudantes que se apropriam ou abusam de psicoativos (Cebriid, 2006; 2010; Brasil, 2016). Os jovens podem se deparar com essas substâncias e o professor deve estar preparado para intervir de forma a reduzir o máximo possível de danos à saúde desses estudantes (Acselrad, 2015). Considerando essa realidade e apoiando-se nos resultados descritos por Conceição e Sudbrack (2015), vemos na EaD uma possibilidade de formação continuada por diversos motivos.

O primeiro deles diz respeito à capilarização da educação superior (pública e privada), como sinalizado nos estudos de Santos e Campos (2016). Com isso, permitem-se a expansão e a democratização da formação continuada dos profissionais de ensino. A nosso ver, as formações EaD acabam ofertando um número de vagas maior que os cursos presenciais, e isso torna o “direito à educação” (aspas nossas) acessível a um maior número de professores. Mais profissionais do ensino, portanto, podem conhecer e se aperfeiçoar sobre o tema drogas, obtendo orientações e refletindo sobre formas de desenvolver ações protetivas com os alunos em suas escolas.

³ A relevância das ações preventivas que incorporem a influência social dos pais também é sugerida por Midford et al. (2012) no contexto das escolas australianas.

O segundo argumento é sobre a capacidade integradora (Selles, 2002) dessas formações, unindo profissionais de diferentes escolas – consequentemente, realidades socioculturais distintas. Por intermédio da EaD, escolas do interior dos estados podem trocar experiências com escolas da metrópole, conhecendo e comparando suas experiências em relação às drogas. Estão todas agregadas num mesmo ambiente virtual de aprendizagem e podem acessá-lo em tempos e espaços diversos. Assim, é possível que professores contextualizem suas realidades de trabalho e isso sirva de modelo para elevar reflexões em outros profissionais, a fim de estimular a compreensão de diferentes contextos educacionais em torno do tema drogas. Encontramos pensamento semelhante no trabalho de Valente (2011) e Teixeira & Almeida (2015), ao considerarem que o universo de integração entre os cursistas da educação a distância configura um “estar junto virtual” (aspas do autor), cuja aprendizagem é favorecida e alimentada pelas interações que se estabelecem na rede, incluindo os processos reflexivos. Com isso, ao se pensar numa formação sobre drogas, as interações entre os alunos e tutores corroboram a aprendizagem colaborativa, sobretudo nos fóruns temáticos. A partir deles, são possibilitadas interações sobre o conteúdo estudado e entre as experiências dos cursistas, facilitando assim o processo de construção de conhecimento.

O terceiro ponto relaciona-se à flexibilidade e autonomia dessas formações EaD. Pode-se, dessa forma, respeitar as demandas do professor e seu horário de trabalho, dada a flexibilidade do acesso aos ambientes virtuais (Santos & Campos, 2016; Coelho, 2014). Para isso, salientamos, o professor cursista deve dar atenção aos prazos das tarefas, o que exige conhecimento do cronograma e da ementa do curso. Podendo ser realizada de sua casa, apresenta-se como uma opção mais confortável para o professor com larga escala de trabalho. Por esse motivo, é sugestivo que essas formações se baseiem em ferramentas assíncronas, permitindo que o cursista possa gerenciar o tempo dedicado para participar ao que lhe for conveniente (Coelho, 2014). A adesão ao curso presencial talvez não fosse possível se ele estivesse em exercício docente nesse horário. Em vista de uma Educação sobre Drogas, por um lado a formação a distância pode favorecer que os profissionais revelem mais sobre suas experiências, sentindo-se mais confortáveis pela ausência dos olhares voltados a si. Induz, portanto, a participação dos mais tímidos. Além disso, mais professores podem se expressar, considerando o tempo restrito das formações presenciais.

Um quarto motivo tange à redução dos custos de produção e manutenção do curso. Em uma formação presencial, professores que moram longe das capitais poderiam ter mais dificuldade de participar, enquanto no curso *online* basta que eles possuam acesso a computador (ou ferramenta equivalente) e à internet. Nessa perspectiva, permite o acesso a cursos de formação superior às camadas da população que não conseguiriam estar de forma presencial – que, em geral, são as mais pobres (Santos & Campos, 2016). Assim, incentiva-se o professor de municípios mais distantes a se atualizar e conhecer outros profissionais e o que eles promovem em suas escolas sobre a temática drogas. Contudo, entendemos que o grande estimulador para as práticas de educação continuada deve ser o sistema ou a rede de ensino onde o profissional está inserido, pois conhece (pelo menos deveria conhecer) as principais necessidades de formação desses professores.

No caso de inexperiência com o desenvolvimento e implementação de cursos EaD, sugere-se que os sistemas ou redes de ensino busquem parcerias com instituições experientes no ensino a distância para que conheçam as limitações e as possibilidades dessa modalidade. Assim, oferecerão ao professor uma formação flexível e, às esferas públicas, economia de tempo e dinheiro. As Fundações Cederj (www.cederj.edu.br) e Telefônica Vivo (www.escolasconectadas.org.br) são bons exemplos de instituições que oferecem cursos *online* e gratuitos para professores. Demandas contínuas das secretarias de educação poderiam sugerir e orientar novas ações formativas para os professores da educação básica e, inclusive, reduzir as taxas de evasão dos cursos EaD gratuitos fornecidos por essas instituições por meio do estímulo à formação continuada desses profissionais.

Embora este trabalho tenha se preocupado em explorar o uso da EaD na formação de professores sobre o tema drogas, cabe reconhecer outras iniciativas nessa direção. Como ilustração, vale citar o curso

Gênero e Diversidade na Escola (GDE), oferecido também na modalidade a distância e com acompanhamento de tutores online que orientam professores/as do 6º ao 9º ano do ensino fundamental em relação aos temas sexualidade e gênero em suas escolas. Tal curso, de âmbito nacional, foi fruto de uma parceria entre a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), o British Council, Ministério da Educação, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) da UERJ (Pereira, 2014).

Tendo em vista os argumentos anteriores, concordamos com Valente (2011) ao defender que as formações EaD podem, através da internet, ser um recurso formativo em potencial, talvez mais que os cursos presenciais. As formações a distância podem proporcionar interação entre professores cursistas e seus formadores de lugares distantes com amplas realidades socioculturais, aliando a flexibilidade do uso da tecnologia para auxiliar a construção de novos conhecimentos em relação às drogas e estimular ações educativas com os alunos.

Assim, financeira e logisticamente, a formação a distância acaba sendo uma modalidade de maior oferta de cursos para professores. Otimiza tempo/espço e dá suporte ao docente para que ele conheça mais ferramentas virtuais que o atualizem sobre o assunto. Com isso, elabora seu autoconhecimento e proporciona a divulgação de novos materiais (sobretudo os que conhece com a formação) para seus alunos. Tendo em vista as competências que pode desenvolver junto aos professores (autoconhecimento, atualização do tema, estímulo à criatividade para novas ações pedagógicas etc.), a nosso ver pode ser interpretada como promissora para fomentar projetos e programas nas escolas que se preocupem em reduzir danos à saúde e promover qualidade de vida para os estudantes.

5. Considerações Finais

Ao discutir a formação do professor e demais profissionais de ensino no cenário atual, notamos a evolução de paradigmas que a EaD sofreu. Antes questionada e desacreditada, a modalidade passou a ser uma opção para a formação inicial e continuada de educadores. Para isso, é necessário que estes estejam incluídos digitalmente e dispostos a aprender mais sobre o tema. No contexto de uma Educação sobre Drogas, precisam estar cientes e motivados a participar de uma formação que os ajudará a fazer uma diferença na escola onde trabalham.

As formações continuadas, presenciais ou em EaD, podem se tornar mais eficazes à medida que busquem aumentar a autoestima do professor e auxiliem na redescoberta de sua competência profissional, reconhecendo a importância do enriquecimento acadêmico e a vivência do trabalho diário na escola. As formações sobre drogas na modalidade EaD, como a iniciativa do Prodequi/UnB, apresentam suas dificuldades no que tange à integração do professor com a comunidade escolar e quanto ao uso do computador. Neste último caso, é conveniente avaliar se todos os professores inscritos sabem lidar com o equipamento, manipular a internet e prestar orientação individual ou coletiva para incluir digitalmente esses profissionais antes da formação. Por isso, em ambas as dificuldades, é demandada uma tutoria acolhedora, paciente e atenta, estimulando cada vez mais a participação dos professores.

As formações EaD são de grande potencial, pois abarcam um número extenso de profissionais que, se preparados e com orientações continuadas, podem desenvolver ações educativas articuladas à realidade sociocultural de onde trabalham. Assim, propostas formativas a distância se revelam ferramentas passíveis de mobilização social, favorecendo a inserção e reflexão sobre o assunto drogas em unidades de ensino de vários estados brasileiros.

Sugere-se que os cursos EaD sobre drogas sejam desenhados num contexto de flexibilidade e autonomia. Assim, respeitam o cotidiano docente e seu horário de trabalho. Contudo, o conhecimento do cronograma e da ementa do curso é importante, a fim de oferecer um panorama das responsabilidades e

prazos exigidos para o sucesso na formação. Se atendidas tais demandas, a EaD pode ser encarada como modalidade de ensino confortável e viável, aumentando não apenas a oferta como sua adesão pelos profissionais.

Considerando a importância da formação continuada para os profissionais do magistério e a relevância do tema drogas, secretarias municipais e estaduais de Educação poderiam apostar na EaD para orientar e preparar seus professores e demais agentes pedagógicos sobre como lidar com o tema face a suas realidades escolares. Isso poderia reduzir o custo das formações presenciais e promover o encontro virtual de profissionais que teriam dificuldade para se reunir em tempo real. Cabe lembrar que são destinadas verbas federais do Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica) para todos os estados e municípios do país e um dos seus fins é fomentar a valorização do magistério. Entendemos que a formação continuada desses professores se enquadra nesse processo, sobretudo quando evoca temas tão pertinentes como uso e abuso de drogas entre os jovens. Um professor bem preparado pode estimular práticas preventivas entre os estudantes.

No contexto de uma Educação sobre drogas em que os profissionais se sentem despreparados, um modelo de formação a distância pode favorecer que os professores se sintam mais à vontade para falar de suas dúvidas e dificuldades de trabalhar o assunto, sem olhares voltados para si. Podem se sentir mais “ouvidos” (aspas nossas) e participativos, num ambiente colaborativo, o que poderia ficar comprometido numa formação presencial com grande número de cursistas.

Tendo em vista as considerações estabelecidas, pontuamos a relevância deste estudo não apenas para contextualizar a necessidade da formação continuada entre professores como uma etapa contínua de construção e reconstrução do conhecimento. Acima de tudo, pensar numa Educação sobre Drogas para o público docente significa reconhecer o potencial desses agentes na promoção e prevenção da saúde dos adolescentes, visto que o uso de substâncias psicoativas apresenta alcance significativo entre os jovens. Partindo desses argumentos, instituições que fomentam educação continuada para os professores, como as Fundações Cecierj e Vivo Telefônica, podem ser parceiras rumo à prevenção do uso abusivo de substâncias entre os adolescentes. A partir deste artigo, deslumbramos novos olhares em torno da formação continuada via EaD, estimulando novas reflexões, parcerias institucionais e práticas preventivas nas escolas sobre como pensar e agir em torno do tema drogas.

Referências Bibliográficas

- ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância (2016). *Censo EAD.BR: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2015*. Curitiba: InterSaberes.
- Acseirad, G. (2015). *Quem tem medo de falar sobre drogas? Saber mais para se proteger*. Rio de Janeiro: FGV.
- Adade, M. (2012). *A visão de estudantes sobre drogas: subsídios para ações educativas orientadas pela redução de danos*. 198 f. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde. Instituto Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz.
- Adade, M. & Monteiro, S. (2014). Educação sobre drogas: uma proposta orientada pela redução de danos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 40(1), 215-230.
- Almeida, M. D., Iannone, L. R., Silva, M. D. & Villarinhos, M. *Educação a distância: oferta, características e tendências dos cursos de licenciatura em Pedagogia*. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2012 (Relatório).
- Brasil (2013). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2012*. Rio de Janeiro: IBGE.

- Brasil (2006). *Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006*. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.
- Brasil (1998). Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais – 3º e 4º ciclos do ensino fundamental: Saúde*. Brasília: MEC/SEF.
- Cebrid (2006). *II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país*.
- Cebrid (2010). *VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio de Redes Públicas e Privadas de Ensino de 27 Capitais Brasileiras*. Brasília.
- Coelho, F. J. F. (2014). A gestão do tempo na EaD: do aluno ao tutor. In F. J. F. Coelho & A. Velloso (Orgs.). *Educação a Distância: história, personagens e contextos* (pp. 69-77). Curitiba: CRV.
- Conceição, M. I. G. & Sudbrack, M. F. (2015). Uma década de prevenção do uso de drogas nas escolas. In M. F. Sudbrack, M. I. G. Conceição, E. M. F. Seidl & M. A. Gussi (2015). *A escola em rede para prevenção do uso de drogas no território educativo: experiência e pesquisa no Prodequi/PCL/IP/UnB nos dez anos de formação de educadores de escolas públicas para prevenção do uso de drogas (2004-2014)*. Campinas: Armazém do Ipê.
- Curso de prevenção* (n.d). In: Prodequi. Acesso em 12 de abril de 2017, disponível em <http://www.prodequi.unb.br/curso-de-prevencao>
- King'Endo, M. (2015). Behavior disorders related to drug abuse among secondary school students in Kenya. *Journal of Education and Practice*, 6(19), 170-178. Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1079526.pdf>
- Midford, R., Cahill, H., Ramsden, R., Davenport, G., Venning, L., Lester, L., Murphy, B. & Pose, M. (2012). Alcohol prevention: What can be expected of harm reduction focused drug education programme? *Drugs: Education, Prevention and Policy*, 19(2). Disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.3109/09687637.2011.639412?src=recsys&journalCode=idep20>
- Moffat, B., Haines-Saah, R. J. & Johson, J. L. (2017). From didactic to dialogue: Assessing the use of an innovative classroom resource to support decision-making about cannabis use. *Drugs: Education, Prevention and Policy*, 24(1), 85-95. Disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09687637.2016.1206846>
- Moreira, F. G., Silveira, D. X. & Andreoli, S. B. (2006). Redução de danos do uso indevido de drogas no contexto da escola promotora de saúde. *Ciênc. Saúde Coletiva*, 11(3), 807-816. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11n3/30995.pdf>
- Nations Unies (2005). Office contre la drogue et le crime. Réseau mondial de la jeunesse. *Écoles: Éducation en milieu scolaire pour la prévention de l'abus de drogues*. New York: Publication des Nations Unies.
- Oliveira, F. S. (2014). EaD e formação docente: possibilidade de crescimento pessoal, intelectual e individual. In F. J. F. Coelho & A. Velloso (Orgs.). *Educação a Distância: história, personagens e contextos* (pp. 99-106). Curitiba: CRV.
- Placco, V. M. N. S. (2011). Modelos de prevenção do uso de drogas para adolescentes: concepções e ações de professores. In E. A. Silva; D. De Micheli (Orgs.). *Adolescência, uso e abuso de drogas: uma visão integrativa* (pp. 657-678). São Paulo: FAP-Unifesp.
- Pereira, Z. (2014). *Sexualidade e gênero na pesquisa e na prática de ensino em biociências e saúde*. Tese de doutorado. Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde. Instituto Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz.

- Salvador, D. F., Crapez, M. A. C., Rolando, F. R. R., Rolando, L. G. R. & Magarrão, J. F. L. (2010). Um panorama da formação continuada de professores de Biologia e ciências através da EaD no Estado do Rio de Janeiro. *Revista EaD em Foco*, 1(1), 59-158. doi: <http://dx.doi.org/10.18264/eadf.v1i1.19>
- Santos, C. S. S. & Campos, G. H. B. (2016). Caminhos da Política Nacional de Formação de Professores na Modalidade a Distância. *Revista EaD em Foco*, 6(1), 69-86. doi: <http://dx.doi.org/10.18264/eadf.v6i1.332>
- Santos, J. M. & Deccache, P. M. S. (2014). O trabalho colaborativo na EaD: ensinando e aprendendo em equipe. In F. J. F. Coelho & A. Velloso (Orgs.). *Educação a Distância: história, personagens e contextos* (pp. 79-88). Curitiba: CRV.
- Selles, S. E. (2002). Formação continuada e desenvolvimento profissional de professores de ciências: anotações de um projeto. *Revista Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências*, 2(2), 167-181.
- Tardif, M. (2014). *Saberes docentes e formação profissional*. 17ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Teixeira, N. F., Almeida, P. V. (2015). Formação de professores na Educação a Distância e a prática reflexiva. *Revista EaD em Foco*, 5(3), 1-14. doi: <http://dx.doi.org/10.18264/eadf.v5i3.281>
- Valente, J. A. (2011). Educação a distância criando abordagens educacionais que possibilitam a construção de conhecimento. In V. Arantes (Org.). *Educação a Distância: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus.